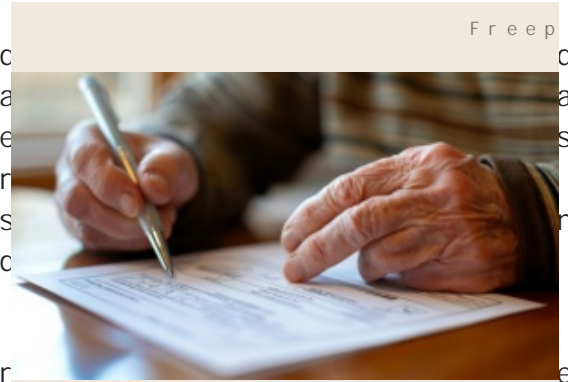


Diretrizes Antecipadas de registram autonomia em v

O respeito à vontade do indivíduo do democrático de Direito e deve a vida, inclusive a terminalidade médicos capazes de prolongar a existência, ganha relevância a da pessoa prevaleça mesmo quando manifestar.



Nesse cenário, surgem as Diretrizes Última Vontade (DAVs) também chamadas de testamento vital como instrumento de planejamento

As DAVs não se confundem com o testamento civil, que após a morte. Ao contrário, produzem efeitos em vida paciente não puder mais se manifestar e permitindo, responsável por cuidados básicos. São, portanto, ins complementam dentro de um planejamento sucessório e

Fundamentação normativa no Brasil

Embora não exista lei federal específica, as Diretrizes normas já consolidadas. A Resolução CFM nº 1.995/201 do documento, enquanto a Constituição assegura a dig individual e o direito à saúde. O Código Civil (arti tratamentos sem consentimento, e o Estatuto da Pessoa limitar o alcance do instituto.

As DAVs não se destinam apenas a idosos ou pessoas e capaz pode elaborá-las preventivamente para assegurar caso não possa expressá-las no futuro. Trata-se de u todos jovens ou idosos, saudáveis ou enfermos e proximidade do fim da vida.

Forma do instrumento

Não existe uma forma única prevista em lei para fazer pela escritura pública em cartório, que garante maior ou por um instrumento particular com firma reconhecida questionamentos. Além disso, é recomendável que a DA para que a equipe de saúde tenha acesso imediato às

Embora existam diferentes caminhos para destacar que um documento mal redigido não é considerado inválido ou simplesmente ineficaz na prática. Por isso, cada caso deve ser analisado por um advogado especializado e a minuta do DAV seja elaborada de forma clara e correta e seja efetivamente resolutiva quando for necessária.

Paralelos internacionais

A discussão sobre diretivas antecipadas de vontade é exclusiva do Brasil. Nos Estados Unidos, há o *advance directive* em nível estadual, que permite ao indivíduo designar quem tomará decisões de saúde em seu nome, em caso de incapacidade. Há também o *health care proxy* semelhante a uma procuração, designando quem tomará decisões de saúde em seu nome.

Já na Itália, a Lei nº 219/2017 instituiu a *disposizione anticipata di trattamento* (DAT) conferindo plena eficácia às diretivas registradas pelos profissionais de saúde ao seu cumprimento.

Esses exemplos internacionais demonstram que o reconhecimento da terminalidade da vida é uma tendência global de registro e execução.

Motivos para estabelecer diretivas antecipadas

Estabelecer Diretivas Antecipadas de Vontade é uma decisão fundamental sobre a própria saúde e condução de aspectos pessoais e financeiros, não fiquem ao acaso.

O primeiro motivo é a autonomia e dignidade, já que evita que o indivíduo seja submetido a tratamentos que rejeita e que sua vontade não seja respeitada em situações de incapacidade. Além disso, contribui para evitar disputas dolorosas em momentos de fragilidade.

Outro aspecto relevante é a segurança dos médicos, que evita dúvidas e possíveis responsabilizações. É um planejamento integral da vida, pois complementam instrumentos legais, oferecendo um cuidado mais amplo e coerente com os valores do indivíduo.

Considerações finais



opinião



As DAVs representam verdadeiro exercício de cidadania individual seja respeitada até a fase final da exist

O Brasil caminha em sintonia com a tendência mundial humana, ainda que falte legislação específica. Contudo, efetividade, é essencial que seja corretamente elaborados.

Frisa-se, um documento mal redigido pode não produzir imprescindível a orientação de um profissional específico ferramenta que merece não apenas maior divulgação, mas parte do planejamento sucessório integral.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-set-13/diretrizes-antecipadas-d>